

# RELATÓRIO – XII FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL

## 1. Informações básicas sobre o Workshop

**1.1 Título e tema do Workshop:** Construindo uma estratégia de inclusão digital em tempo real

**1.2 Formato: Mesa redonda:** motivada por perguntas orientadoras para estimular uma discussão entre os membros da mesa.

### 1.3 Proponentes e co-proponentes:

#### 1.3.1 Proponente:

**Nome:** Edson Nascimento Silva Junior

**Organização:** UFAM (perspectiva RNP e técnica)

**Setor:** Comunidade Científica e Tecnológica

#### 1.3.2 Co-proponente:

**Nome:** Paloma Rocillo

**Organização:** IRIS

**Setor:** Terceiro Setor

### 1.4 Palestrantes:

#### ➤ **Nome: Edson Nascimento Silva Junior**

**Organização:** UFAM (perspectiva RNP e técnica)

**Setor:** Comunidade Científica e Tecnológica

**Minibio:** Professor da Universidade Federal do Amazonas, com doutorado em Rede de Computadores pela UFRGS. Atualmente coordena o PoP-AM/RNP que trabalha na difusão da Internet acadêmica dentro do Estado do Amazonas. Participa de diferentes grupos de trabalho no estado que tem como tema políticas de implantação da Internet no Estado do Amazonas.

#### ➤ **Nome: Nilo Pasquali**

**Organização:** Anatel

**Setor:** Governo

**Minibio:** Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UNB) e pós-graduado em Regulação em Telecomunicações também pela UNB. Especialista em Regulação na Anatel desde 2005, foi Gerente de Regulamentação de Serviços Móveis no período de 2010 a 2013 e Gerente de Regulamentação na Superintendência de Regulamentação e Planejamento da Anatel de 2013 a 2017. Desde dezembro de 2017 ocupa o cargo de Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel, coordenando o

desenvolvimento de normas e regulamentos para todos os serviços de telecomunicações, a elaboração de editais de licitação para outorga de serviços de telecomunicações e de direito de uso de radiofrequências e a proposição de medidas para a ampliação do acesso aos serviços de telecomunicações.

➤ **Nome:** Pedro Ramos

➤ **Organização:** B.Luz

**Setor:** Setor Empresarial

**Minibio:** Graduado pela Universidade de São Paulo, cursou pós-graduação no Instituto Internacional de Ciências Sociais (associado ao IESE Business School) e na *University of Southern California*, sendo Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas.

➤ **Nome:** Flávia Lefevre

**Organização:** Coalizão Direitos na Rede

**Setor:** Terceiro Setor

**Minibio:** advogada especializada em direito do consumidor, telecomunicações e direitos digitais. É integrante da Coalizão Direitos na Rede, consultora associada do Instituto NUPEF - Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação e membro do Conselho Consultivo do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé; foi representante das entidades de defesa do consumidor no Conselho Consultivo da ANATEL de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2009 e representante do 3º Setor no Comitê Gestor da Internet no Brasil de maio de 2014 a maio de 2020.

### **1.5 Moderador:**

**Nome:** Paloma Rocillo

**Organização:** IRIS

**Setor:** Terceiro Setor

**Nome:** Ana Bárbara

**Organização:** IRIS

**Setor:** Terceiro Setor

**Minibio:**

### **1.6 Relatora:**

**Nome:** Mariana Gomes da Silva Soares

**Organização:** UFBA

**Setor:** Comunidade técnica e científica

**Minibio:** Mariana Gomes é jornalista, pesquisadora, ciberativista negra e idealizadora da Conexão Malunga. Atualmente faz mestrado em Comunicação e Culturas Contemporâneas na UFBA, investigando discursos sobre exclusão digital na governança da internet.

## **2. Estruturação do Workshop**

### **2.1 Objetivos e resultados (propostos e atingidos)**

O objetivo do workshop é dar um passo à frente na promoção da inclusão digital: reunir o acúmulo teórico e regulatório sobre o assunto e direcioná-lo para a construção ao vivo de uma estratégia de inclusão digital que considere barreiras práticas vivenciadas por comunidades excluídas digitalmente. Para tanto, serão trazidos cenários de exclusão digital envolvendo diversos desafios de duas comunidades hipotéticas, mas que inclui problemas reais recolhidos durante 3 meses pela organização e painelistas do workshop.

Por meio da discussão direcionada por especialistas de diferentes áreas, a expectativa foi que o público pudesse se identificar tanto com os problemas debatidos (por refletirem fatos reais) quanto das soluções construídas colaborativamente.

Para o desenvolvimento das estratégias, foram apresentadas narrativas aos painelistas com os problemas enfrentados, envolvendo: 1. Dificuldades aquisição de equipamentos, 2. inexistência de infraestrutura (energia, telecomunicação, construção), 3. desconhecimento tecnológico, entre tantas outras dificuldades enfrentadas pelos brasileiros ainda à margem sociedade da informação.

A proposta inicial foi de apresentar obstáculos adicionais aos especialistas, para simular o fato de que as políticas públicas frequentemente são desenhadas oficialmente de uma forma, mas praticadas de outra. Contudo, as falas dos painelistas foram bastante complementares neste aspecto, reservando as adições para o público.

Em termos das narrativas, a relatoria diante dos presentes no evento identifica que para atividades que venham a se inspirar neste workshop devem estar atentas a estereótipos, que restringem populações vulneráveis a lugares de pouca agência frente a universalização do acesso, com atenção aos aspectos de gênero, raça, classe, capacidade e relação com os territórios. Também indica que a matriz territorial, fundamental para o debate das telecomunicações, seja qualificado não apenas em zona rural e urbana, mas também através de sentidos como os das comunidades tradicionais. Finalmente, indicamos maior interação dos painelistas com as personagens das narrativas.

## **2.2 Justificativa em relação à governança da Internet**

Criar mecanismos eficientes para sobreviver dentro de uma realidade que vem se firmando ainda mais tecnológica deve ser tido como um desafio prioritário diante do cenário global que estamos obrigados a conviver e que a pandemia de Covid-19 ressaltou. Assim, o caminho do conhecimento e do acesso à informação passa ter a mesma relevância que o dos acessos a serviços básicos como saneamento, saúde, educação e segurança, compondo-se em acesso significativo a rede.

Neste contexto, a inclusão digital tem papel singular para, sob o mesmo guarda-chuva, evocar diferentes elementos de forma que as pessoas não apenas tenham conexão à internet, mas que protagonizem sua governança, fruindo e criando tecnologia.

A inclusão digital é uma condição básica para que qualquer debate sobre governança da internet ocorra (privacidade, cibersegurança, moderação de conteúdo, entre tantos assuntos), por isso não pode ser separada do contexto mais amplo da governança da internet. O workshop apresentou diversos atores, instituições e práticas de inclusão digital como parte da moldura mais ampla da governança da internet e exercício do modelo “bottom-up”, de forma a trazer visibilidade e capilarizar os debates sobre governança da internet.

Ao mesmo tempo, é importante que exista mais diversidade, não apenas multissetorial, mas também de gênero, racial, territorial em propostas como essa, que pretendem-se dialogar com os beneficiários finais das políticas públicas de internet. Reconhecer e alcançar atores colocados à margem da governança da internet não deve se encerrar em mera mediação ou imaginação das múltiplas realidades de usuários da rede no Brasil, mas comprometer-se com a longa tradição de controle social de outras políticas públicas, permitindo a presença em espaços até então corporativos - como o fórum - para setores amplos da sociedade, ainda que não tenham como tema central a governança da internet.

Ao passo que a inclusão digital resume-se em acesso significativo, esta será uma demanda do próprio movimento da história e as instituições e sujeitos que já estão inseridos ao ecossistema da rede brasileira podem facilitar o acolhimento e fortalecerem-se numa posição antes de tudo dialógica.

## **2.3 Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o Workshop**

Nos meses anteriores ao fórum, os organizadores e painelistas do workshop recolherão demandas relativas à inclusão digital para compor as narrativas a seguir. A partir disso, foram estimulados a pensarem em falas que pudessem dialogar com o contexto e a realidade brasileira. O diálogo junto a membros de comunidades marginalizadas foi substituído por levantamentos científicos

realizados por parte dos presentes e provocações do público foram acolhidas no momento do workshop no FIB. Além disso, a experiência contou com uma relatoria ao vivo, com análise do discurso e adição de informações sobre a construção das desigualdades no Brasil. Ao todo, a ideia do desenho de um plano estratégico foi adaptada pelos relatos dos palestrantes público presente de identificarem centros do debate de inclusão digital no Brasil: a diferença entre regime público e privado da Lei Geral de Telecomunicações, as fontes de investimento, os desafios de implementação de infraestrutura em áreas rurais, marcadas por sistemas fluviais e/ou comunidades tradicionais.

### 3. Síntese dos debates

As discussões foram sistematizadas abaixo:

Tipo de Manifestação (posicionamento ou proposta)	Conteúdo	Consenso ou dissenso	Pontos a aprofundar
Nilo Pasquali – Anatel (Governo)			
Posicionamento	O servidor público chamou atenção para a diferença entre o regime público e o privado das telecomunicações, previsto pela Lei Geral de Telecomunicação. Apenas o serviço de telefonia é compreendido atualmente como de regime público, com obrigações diretas do governo, enquanto que outras tecnologias, inclusive de provedoras de internet, é regime privado. Concluiu que “o mundo é banda larga, mas a lei ainda não é assim”.	Consenso	n/o
Posicionamento	Chamou atenção para as fontes de investimento e dinâmicas atuais das telecomunicações, dos quais destacou o edital do 5g, os termos de ajustamento de conduta, o FUST e o Projeto Amazônia Integrada e Sustentável.	Consenso	n/o

Proposta	Dentre os dados levantados, tornou evidente a concentração de investimentos na zona urbana e afirma que esforços de investimento da zona rural estão sendo implementados, a exemplo do proposto no edital do 5G, ainda que não cubra toda a necessidade.	Consenso	n/o
Posicionamento	Dos serviços de telefonia móvel, há atualmente 258 milhões de acessos realizados, sendo 231 milhões por meio banda larga (3g/4g), em que o 4g predomina (85%). A cobertura de 3g está em todas sedes dos 5570 municípios brasileiros, somando 21 mil localidades. Ao passo que o 4g alcança em 5476 municípios (88% da população brasileira atual).	Consenso	n/o
Posicionamento	Há hoje 40 milhões de acesso de acesso a rede por meio dos serviços de banda larga, dos quais 60% via fibra ótica. Na zona urbana, a cobertura do backhaul de fibra ótica corresponde a 4677 municípios (84%). No caso das localidades rurais, apenas 992 municípios contam com backhaul de fibra ótica, cerca de 6% do total.	Consenso	n/o
Posicionamento	Algumas localidades marcadas por sistemas fluviais de transporte, como no norte do Brasil, enfrentam a dificuldade de instalação do backhaul. Atualmente isto está no	Consenso	n/o

	<p>mapeamento da Anatel, com possibilidades de investimento a partir do edital do 5G. Contudo destaca que “não adianta um backhaul fraco, com um monte de acesso em 5g sendo que ninguém vai conseguir experimentar a velocidade porque tudo fica engargalado na saída”, referindo-se aos desafios de acesso.</p>		
<p>Pedro Ramos (Setor Empresarial)</p>			
Posicionamento	<p>Diante da primeira narrativa, debate a ideia de falta de interesse: para o cenário de inclusão digital compreendido de maneira estendida à conectividade, superar o abismo digital é uma visão de 15 anos atrás resumia-se em disponibilidade de sinal e formas de pagar a internet. Hoje, a segunda geração de questões sobre inclusão apontam o debate de literacia como norte, com questões sobre aumento perspectivas pessoais, bom uso da rede e a internet como dispositivo de melhoria de vida.</p>	Consenso	n/o
Posicionamento	<p>Em relação a compreensão dos usuários, entende-se que além de consumidoras são hoje percebidas como produtoras de ações junto a internet, em atividades como pagar contas online, conectar-se com amigos, postar fotos.</p>	Consenso	n/o
Posicionamento	<p>Acredita que em cenários como a primeira narrativa, além do aspecto da exploração, há de uma</p>	Consenso	n/o

	forma geral no Brasil o desafio da literacia. "Um grande abismo é conscientizar as pessoas que a vida pode ser mudada, mesmo daquelas que não tem acesso".		
Flávia Lefevre – Coalizão Direitos na Rede (Terceiro Setor)			
Posicionamento	A participante fez uma recuperação histórica sobre políticas públicas de acesso a internet no Brasil, com serviço de banda larga, em escolas públicas. Inicialmente, primeira política neste sentido no país é 2008, ainda que a privatização da Telebrás em 1998 pudesse, em sua opinião, comprometer-se com as redes de transferência de dados.	Consenso	n/o
Posicionamento	Historicamente, em 2005 terminou a primeira fase de contratos de concessão de telefonia fixa do PGMU, com renovação das concessões por mais de 20 anos. Para a palestrante, no modelo de regime público, esta foi uma oportunidade perdida no sentido de dar suporte para o serviço de internet, ou seja, além do já previsto para telefonia, o que poderia acontecer por decreto, de acordo com o artigo 18 da Lei Geral de Telecomunicações, incisos 1º e 2º.	Consenso	n/o
Posicionamento	2003 decreto 4733: apresenta novas diretrizes de políticas de telecomunicações para banda larga impedem o investimento na infraestrutura da rede em	Consenso	n/o

	<p>regime público diante da nova renovação de concessão, prevista para 2025. Além disso, destaca que altera o Programa Banda Larga nas Escolas altera o segundo plano de metas de universalização. Em troca das demandas apresentadas pelo setor empresarial em termos de lidar com a necessidade da sociedade brasileira para agora investimento em backhaul de fibra, o programa foi criado. Entre seus limites, o investimento foi realizado somente para escolas urbanas e deve de ensino fundamental e médio, administrado pelas secretarias de educação e vigente até 2025.</p> <p>Pesquisas do Clube de Engenharia e NIC.br identificam que as metas deste programa não foram cumpridas. Segundo a ong MegaEdu, com dados do MEC, 25% das escolas públicas (35 mil escolas) não tem nenhum acesso a banda larga. Diante da pandemia de Covid019, o desafio se acelerou com o isolamento social, dificultando o acesso para as classes C, D e E.</p>		
Edson Nascimento – UFAM (Comunidade Técnica e Científica)			
Posicionamento	O palestrante debateu o papel da RNP na inclusão digital, enquanto provedora de internet para parte acadêmica, sem fins lucrativos, mas com atendimento das necessidades via inovação,	Consenso	n/o

	<p>cooperação e compromisso para ações digitais. Ao todo, são atendidos cerca de 1500 campi, em que a pesquisa se faz necessário no aspecto da inclusão digital, mas também não a encerra. Entende que o investimento em escolas públicos é chave para o problema brasileiro.</p>		
Posicionamento	<p>Advindo da computação, compartilha sua experiência, dizendo que formou-se numa época em que não tinha computador e especializou-se em rede quando ainda não havia internet. Conclui deste raciocínio que, em meio aos desafios atuais, "internet é infraestrutura e leva tempo para construir, mas leva tempo para idealizar", usando como exemplo a chegada do 5g no Brasil.</p>	Consenso	n/o
Posicionamento	<p>No aspecto de infraestrutura, avalia que o backbone da rede atual comporta-se como uma Tordesilhas Digital, em alusão ao tratado entre nações ibéricas durante o período colonial. Nem no norte nem no centro-oeste do Brasil, não há conectividade e o desafio está tanto na necessidade de um sistema totalmente em fibra ótica, assim como no caráter de regime privado, que deixa em segundo plano a prioridade de inclusão digital em relação à função empresarial.</p>	Consenso	n/o

Posicionamento	Evoca ao PAIS e avalia que a Amazônia é um desafio para as telecomunicações, sobretudo em termos de investimento. "É tanto custo que falamos do programa PAIS e de completar o backbone de fibra ótica, via redes de alta tensão de energia e dados, mas não tem isso lá [na Amazônia]. Os projetos estão em andamento por iniciativa do Exército, RNP e obviamente da política envolvida". Hoje, há cerca de 1000 km de fibras lançadas, mas inoperantes.	Consenso	n/o
Posicionamento	Entre experiências que indicam caminhos para lidar com estas demandas, elenca as redes comunitárias, por abrirem a conectividade em outras regiões, as redes metropolitanas (Redecomeps), a rede universitária de telemedicina, que já conta com 15 anos de atuação, e a Escola Superior de Redes, para formação continuada de profissionais.	Consenso	n/o
Mariana Gomes - UFBA (Comunidade Técnica e Científica) - relatora			
Posicionamento	Convida os agentes multissetoriais a lerem as narrativas apresentadas e perguntarem-se sobre o que as aproxima de nossa realidade brasileira. Junto com todas as observações que foram feitas, identifica que é importante entender a dimensão racial e colonial dessas histórias.	Consenso	n/o

Posicionamento	Das narrativas, evidencia que as pessoas que estão trabalhando na terra, diante da construção do Brasil lidam com estereótipos raciais, educacionais, de moradia, de classe atrelada a elas que não lhes confere visibilidade ou influência, nem herança para impedir a implementação da rede ou demonstrarem “falta de interesse”, como sugere a narrativa.	Consenso	n/o
Proposta	Indica a necessidade latente de qualificar o entendimento sobre zona rural para os dados de GI. Entre as várias terras que existem, há as tradicionais, originárias que lutam pelo reconhecimento, pela demarcação e que enfrentam obstáculos enormes. Também aponta que os saberes afro-brasileiros informam técnicas de acolhimento a populações afastadas da GI por meio da responsabilidade, do diálogo e contra as políticas de exclusão de pessoas vulnerabilizadas, como o tokenismo, estudado na tradição de feministas negras desde o século XX.	Consenso	n/o